

UNIÃO – PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO DE 2015 A ABRIL DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	323.902.033,79	1.038.516,29	324.940.550,08
Pessoal Ativo	266.854.324,29	1.031.869,31	267.886.193,60
Pessoal Inativo e Pensionistas	57.047.709,50	6.646,98	57.054.356,48
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	52.758.119,60	872.097,21	53.630.216,81
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	7.429.026,20	0,00	7.429.026,20
Despesas de Exercícios Anteriores	347.300,92	872.097,21	1.219.398,13
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	44.981.792,48		44.981.792,48
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	271.143.914,19	166.419,08	271.310.333,27
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			700.438.648.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100		0,038711%	0,000024%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,067578%		473.342.429,55
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,064199%		449.675.308,07
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,060820%		426.008.186,59

FONTE: SIAFI 2015/2016 – SPF/NCONT – 20/05/2016- 9h45m

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

- 2) As despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), totalizaram R\$ 2.933.887,64
 3) As despesas com Precatórios, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), totalizaram R\$ 2.544.277,51

Ubiratan Moreira Delgado
 Desembargador Presidente

Aryoswaldo José Brito Espínola
 Diretor Geral

Caio Geraldo Barros Pessoa de Souza
 Diretor da Secretaria de Controle Interno

Leonardo Guedes Pereira
 Diretor da Secretaria de Planejamento e Finanças